

# A RESPOSTA DA CIDADANIA

Juan Carlos Pereira

A sociedade espanhola conhece e tem sido fortemente afectada pelo fenómeno do terrorismo desde o ano de 1965, quando foi criada a organização terrorista ETA («País Basco e Liberdade»).

Em 1968, o terrorista Xabier Etxebarria assassinou o guarda civil José Pardines em Guipúzcoa: foi o primeiro assassinato da organização. Desde então, e até à actualidade, foram assassinadas 817 pessoas, desde crianças a dirigentes políticos e militares de diferentes patentes, incluindo um presidente do governo.

A sociedade espanhola em geral, e a basca em particular, tem reagido de forma diversa ao fenómeno terrorista. Esta reacção tem ido desde uma atitude compreensiva durante o franquismo a um repúdio absoluto e generalizado, especialmente após a transição democrática, quando a ETA chegou a assassinar 100 pessoas num só ano (1980). A análise que se pode fazer da relação da ETA com a sociedade basca é muito mais complexa – embora o repúdio do terrorismo tenha crescido notavelmente entre os diferentes sectores da sociedade basca, ainda existem grupos destacados que «compreendem», «pro-

curam explicações» ou claramente apoiam as acções da ETA. Há atitudes ambíguas em certos sectores da Igreja basca; existe medo em muitas aldeias em pequenas cidades; vários professores universitários tiveram de abandonar a Universidade do País Basco devido às constantes ameaças pessoais, e existem vias de comunicação entre sectores nacionalistas e porta-vozes «políticos» da organização terrorista.

Juntamente com a ETA outros grupos terroristas adquiriram protagonismo desde o franquismo, como a FRAP (Frente Revolucionária Antifascista e Patriótica), constituída oficialmente em Paris em Janeiro de 1974 e que defendia, a partir da extrema-esquerda, a luta contra a ditadura e o capitalismo; a FRAP foi dissolvida em 1977 com um saldo importante de assassinatos e acções de mais baixa intensidade. Para além deste grupo, o GRAPO (Grupo de Resistência Antifascista Primeiro de Outubro), impulsionado pelo Partido Comunista de Espanha (r), adquiriu um grande protagonismo durante a transição, fazendo a sua «apresentação» em Julho de 1976 com uma série de atentados contra instalações da televisão pública; ainda hoje,

a polícia, que actuou com enorme eficácia contra os seus dirigentes, mantém o alerta em relação a este grupo; em Novembro de 2000, por exemplo, foram detidos alguns dirigentes da organização exilados em Paris.

## **O TERRORISMO E A SOCIEDADE**

### **ESPAÑHOLA**

Esta primeira reflexão permite-nos afirmar que ao contrário de outros estados e sociedades da Europa e de outros continentes, em Espanha o terrorismo converteu-se na primeira causa de preocupação para os espanhóis durante muitos anos; em tema prioritário para os diferentes governos na sua acção política e policial; numa constante nas nossas relações externas, na procura de uma necessária cooperação internacional, especialmente com França; e numa referência permanente nos Conselhos Europeus e Conselhos de Ministros sectoriais em que os representantes espanhóis estiveram presentes, desde 1986, exigindo uma cooperação internacional em matéria judicial e policial.

Apesar de tudo isso, a quinta-feira de 11 de Março de 2004 ficará na história de Madrid, de Espanha e da Europa como o dia em que se produziu o atentado mais sangrento contra a cidadania e que talvez tenha tido mais repercussões em toda uma sociedade.

Pouco passava das oito da manhã quando pude escutar na rádio que ocorrera um novo atentado em Madrid. As primeiras notícias repetiam quase os mesmos argumentos que noutras ocasiões já ouvira: desinformação sobre o lugar onde se dera o atentado, suposições sobre a autoria da

ETA, envio de jornalistas ao local, possíveis mortos, etc. Por volta das 8h30 tinha já a sensação de que estávamos perante algo diferente. Falava-se em dois ou três lugares, Atocha, Santa Eugénia e El Pozo; de comboios destroçados; de inúmeros feridos e mortos; de novas bombas. Tudo aquilo me começou a recordar duas coisas: por um lado, a sensação que devem ter vivido, do outro lado do oceano, em Nova York e em Washington, os cidadãos americanos no ainda pouco distante 11 de Setembro de 2001 e que eu vivera pela televisão à mesma hora em que começava a almoçar naquele fatídico dia; por outro lado, recorri à memória histórica, pois uns dias antes relatara aos meus alunos os bombardeamentos de Madrid de Novembro de 1937 pelos aviões alemães e italianos em plena Guerra Civil e o impacto que as imagens das vítimas civis tinham produzido no mundo.

Muitos cidadãos madrilenos recordaram também essas cenas e outras mais recentes. O mais surpreendente de tudo foi a sua reacção: uma solidariedade incrível, centenas de voluntários ajudando os bombeiros, polícias e médicos; centenas de cidadãos dando sangue, arrancando bancos onde antes estavam sentados para utilizá-los como macas ou transportando os feridos nos seus automóveis. Realmente são imagens que ficaram na memória de todos e que muito rapidamente se difundiram por todo o mundo através das televisões e da internet. Esta será, talvez, uma das primeiras reflexões que creio valer a pena destacar: a solidariedade.

Uma solidariedade que continuou desde esse dia com os familiares dos 190 mortos

e das centenas de feridos, e uma demonstração de afecto para com todos eles como a que se podia apreciar até há pouco na estação de Atocha, onde surgiu um monumento à memória da tragédia, com centenas de velas, mensagens, fotografias, etc., a qual veio a adquirir um carácter tão solene que chefes de Estado, primeiros-ministros, desportistas ou personagens famosos o visitaram; incluindo os Príncipes das Astúrias, que no dia do seu casamento, prestaram uma homenagem especial às vítimas «de Atocha». Actualmente, este monumento popular foi retirado, esperando-se o resultado de um concurso internacional lançado pelo Ayuntamiento, a fim de instalar um conjunto escultórico que recorde as vítimas do 11-M, como já é conhecido este dia terrível. Uma menção especial merecem igualmente os mais de 5200 homens e mulheres pertencentes aos serviços de emergência da Comunidade de Madrid, aos quais se juntaram outros provenientes de outras comunidades, que actuaram de forma coordenada, exemplar e permanente sob as ordens do gabinete de crise que o Governo organizou de forma rápida. Muitos deles tiveram de receber tratamento psicológico durante várias semanas dado que, como disse um bombeiro, «íamos preparados para o pior... mas não para isto».

Esta resposta de cidadania continuou na sexta-feira de 12 de Março às 19h00, momento em que foi anunciada a manifestação convocada pelo Governo sob o lema «Com as vítimas, com a Constituição, pela derrota do Terrorismo». Debaixo de uma chuva impiedosa, mais de dois

milhões de pessoas – a manifestação mais intensa que Madrid viveu em toda a sua história – saíram à rua em silêncio. Todas as grandes cidades espanholas e uma multiplicidade de vilas e aldeias reuniram também os seus concidadãos sob o mesmo lema. A Espanha ficou paralisada durante várias horas, numa demonstração de unidade e solidariedade raras vezes produzida, e que me recordava o mesmo sentimento que tínhamos tido em 24 de Fevereiro de 1981, quando nos convocaram para uma manifestação maciça em favor da democracia após o fracassado golpe de Estado do dia anterior.

#### **O IMPACTO NA CONTENDA ELEITORAL**

Sem dúvida que as repercussões do 11-M não se ficaram por aqui. A Espanha estava em plena campanha eleitoral. O governo do Partido Popular, com José Maria Aznar na presidência, tinha convocado eleições gerais para o dia 14 de Março. Umas eleições interessantes, visto que Aznar se retirava voluntariamente da cena política, após oito anos no poder, e José Luis Rodríguez Zapatero, o novo líder do PSOE, se submetia pela primeira vez ao veredicto das urnas. As sondagens de opinião previam de forma insistente um triunfo «à tangente» do Partido Popular e do seu novo líder, Mariano Rajoy, e uma derrota tangencial do PSOE.

Na sociedade espanhola, sem dúvida, estas sondagens não se aceitavam na sua totalidade. A sensação existente entre muitas pessoas era de que o ciclo político do PP, iniciado em 1996, tinha terminado. Não tanto pelos resultados do governo de Aznar que, no seu conjunto, não eram de

todo negativos, mas pelo estilo da liderança de Aznar e pelas polémicas decisões de política externa tomadas desde 2001, especialmente pela ruptura com o tradicional consenso nesta matéria no Parlamento, resultante da excessiva «americanização» da nossa diplomacia, desde o famoso encontro dos Açores à intervenção na Guerra do Iraque, contra todas as forças políticas e a opinião pública.

De facto, os oito anos de governo dos populares apresentavam, à partida, um balanço económico aceitável: a Espanha reforçara o seu protagonismo internacional; o papel na União Europeia tinha sido o de uma potência média mas central, que resistira a todas as iniciativas tendentes a mudar a sua posição de «potência pobre» para um estatuto de «potência rica», visto que já estávamos acima de 90 por cento do rendimento da União Europeia; a ofensiva contra o terrorismo da ETA tinha sido intensa, e em várias frentes, conseguindo-se uma trégua nas acções terroristas desde Setembro de 1998 até Novembro de 1999, ao mesmo tempo que aumentavam as detenções de terroristas. O terrorismo tinha-se convertido num eixo de actuação prioritário do Governo, em Espanha e no exterior, e o balanço final acalentava o sentimento triunfalista dos dirigentes do PP. Conhecendo esta realidade, o Governo insistiu de forma constante na atribuição da autoria dos atentados à ETA. Assim o afirmava o ministro do Interior na sexta-feira de 12 de Março à tarde. No entanto, um comunicado anónimo da organização terrorista basca tinha assegurado nesse mesmo dia a sua total desvinculação deste atentado e o porta-voz do braço político da

organização, Arnaldo Otegui, convocara uma conferência de imprensa insistindo neste mesmo argumento. A desinformação propagava-se, ainda que alguns jornais e meios de comunicação apontassem já para a pista da Al-Qaida ou para o terrorismo islâmico.

No contexto de uma campanha eleitoral silenciada pelo 11-M, de uma sociedade traumatizada, de uma certa confusão acerca da autoria dos atentados e com um governo hesitante perante a crescente suspeita de que a tese da autoria da ETA devia ser abandonada, em favor de uma autoria árabe, a 13 de Março, dia de reflexão antes das eleições, os acontecimentos precipitaram-se.

Perante um Aznar e um Governo que reconheciam, finalmente, no sábado de 13 de Março, à última hora, que os atentados tinham sido cometidos por terroristas árabes, segundo as provas encontradas e as rápidas investigações levadas a cabo pela polícia e pelo Centro Nacional de Inteligência, uma parte importante da sociedade, dos meios de comunicação e da oposição, liderada pelo PSOE, denunciaram a manipulação informativa do Governo. Começaram a surgir fortes protestos e mobilizações espontâneas em frente às sedes do PP, com palavras de ordem muito duras contra o Governo e seus dirigentes. O processo que se seguiu, as mobilizações e as consequências para os resultados eleitorais do dia 14 de Março foram sendo conhecidos e valorizados progressivamente.


A verdade é que a 14 de Março a população espanhola saiu de casa para votar de forma maciça. Uma taxa de 77,2 por cento de

participação mostra-o com contundência. O mais inesperado, sem dúvida, foi o triunfo do PSOE e de Rodríguez Zapatero, que pediu um minuto de silêncio pelas vítimas no seu primeiro discurso na noite eleitoral; juntamente com essa vitória vem a derrota do Partido Popular, num dos dias mais tristes da história do partido. A reacção da opinião pública contra o PP e os seus líderes, muitos deles interpelados quando se dirigiam às urnas com gritos de «assassinos», «fascistas», ou «mentirosos», reflectia bem uma sensação entre a tristeza, o desespero e a satisfação pela derrota eleitoral.

### **DE MARÇO PARA CÁ**

Já se passaram mais de quatro meses desde que ocorreram estes tristes acontecimentos em Madrid e em Espanha, provocando uma reacção de solidariedade internacional sem precedentes. Há questões, decisões e reacções que permanecem ainda sem explicações razoáveis. Uma Comissão Parlamentar iniciou os trabalhos no dia 6 de Julho, comissão essa em que muitos espanhóis depositam grandes esperanças e que até ao momento vem apresentando resultados muito interessantes.

O governo socialista prometeu esclarecer todo o assunto muito proximamente, e tomou decisões que cumprem o seu programa eleitoral, em especial a aprovação da retirada das tropas espanholas do Iraque, o que foi maioritariamente apoiado pela opinião pública. Entretanto, o ex-primeiro-ministro, Aznar, mantém a interpretação de que os terroristas conseguiram os seus dois objectivos: «fazer cair o governo» e «neutralizar internacionalmente a Espanha».

O 11 de Março, definitivamente, significa muito mais que o ataque indiscriminado e irracional de um grupo de terroristas islâmicos sobre um grupo de cidadãos pacíficos que, seguramente, tinham participado nos múltiplos protestos realizados em Espanha contra a participação na Guerra do Iraque e a aliança com os Estados Unidos. O 11-M ficará na história pelas suas consequências globais numa sociedade habituada ao terrorismo, mas que sempre apostou na paz e na solidariedade. O apoio ao novo governo e a confiança posta nas investigações já iniciadas deverão fechar as feridas abertas naquele fatídico dia de Março. 

TRADUÇÃO DE MARTA AMARAL